



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

## GRAMSCI, HEGEMONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Gabriel Sandino de Castro<sup>1</sup>; Claudio Reis<sup>2</sup>**

UFGD-FCH, Dourados-MS, E-mail: gabrielsandino@outlook.com  
Bolsista de Produtividade em Pesquisa da UFGD.

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a contribuição do filósofo italiano Antonio Gramsci para os estudos das Relações Internacionais. Dessa forma, a pesquisa discutirá conceitos específicos do autor, em especial o da hegemonia. A partir daí, examinar como se manifesta a construção da hegemonia estadunidense no continente sul-americano através dos processos de integração regional, destacando, como estudo de caso, a Alca e o Mercosul. A questão colocada aqui é desenvolver uma abordagem diferente. É uma análise histórica e factual juntamente com discussões teóricas. A finalidade deste trabalho é pesquisar e sistematizar o pensamento gramsciano, juntamente com uma parte da teoria crítica das Relações Internacionais no cenário mundial contemporâneo. Ou seja, em uma globalização neoliberal ascendente juntamente com a hegemonia estadunidense.

**Palavras- Chave:** Gramsci, Hegemonia, Globalização, Integração Regional

### INTRODUÇÃO

A construção da presente pesquisa trabalha no sentido de analisar livros, artigos e demais textos que discutem a obra de Antonio Gramsci e dos intelectuais neogramscianos. A partir daí, se identificar a contribuição do autor para os estudos das Relações Internacionais. A proposta colocada

---

<sup>1</sup> Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

<sup>2</sup> Professor de Ciência Política da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD

aqui é a produção acadêmica alternativa até então no que se refere às análises de globalização e política internacional da América do Sul nos anos 1990. O presente artigo visa iniciar temas específicos de integração regional com base teórica gramsciana. A Teoria Crítica das Relações Internacionais também é fundamental no desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim o artigo será dividido em três partes. A primeira, se discute o pensamento de Antonio Gramsci na Ciência Política e nas Relações Internacionais. A segunda, seleciona alguns principais conceitos do autor sardo relevantes aos estudos em política global, especialmente o conceito de hegemonia. A terceira, observa a contribuição de Gramsci para a política internacional contemporânea em duas vertentes: sobre o capitalismo globalizado e integração regional. Neste último, a pesquisa procura iniciar um debate sobre uma possibilidade alternativa do Mercosul e propor temas específicos sobre os estudos de integração regional tendo em vista o pensamento gramsciano.

A Universidade Federal da Grande Dourados está localizada em uma região estratégica na qual a produção intelectual acerca da integração regional deve ser considerada. A América do Sul, em especial os países que compõem o Mercosul, é extremamente importante para a política externa brasileira e tema extremamente relevante para as Ciências Humanas em geral. Neste sentido, o presente trabalho busca aumentar a produção intelectual brasileira das Relações Internacionais e contribuir para os estudos nacionais sobre o pensamento neogramsciano.

## **1- O SISTEMA INTERNACIONAL E A TEORIA CRÍTICA**

A Teoria Crítica nas Relações Internacionais é extremamente importante na compreensão da hegemonia na América do Sul. Com efeito, utilizaremos a perspectiva neogramsciana no desenvolvimento deste trabalho. Isto porque a Teoria Crítica é formada por duas vertentes que se convergem em uma mesma escola de pensamento: a Escola de Frankfurt. A primeira vertente se refere ao pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci no entendimento das relações internacionais. A segunda tem como fundamento a pós- modernidade e a crítica ao positivismo enquanto método científico. A Teoria Crítica tem como ponto de partida, a emancipação humana.

Para a teoria crítica, por conseguinte, a ordem internacional está em constante transformação. Essa mutação faz com que, por meio da agência humana, se possa guiar alterações em direção à emancipação. A teoria cumpre, portanto, um papel de guia para a ação estratégica, isto é, para a ação transformadora. (SILVA, p. 260)

Em outras palavras, significa a produção de um conhecimento que visa à independência de um conjunto de Estados periféricos em relação a um sistema excludente hegemônico pelos países ricos centrais. No caso da América Latina, a teoria visa explicar a hegemonia estadunidense e os processos de emancipação no continente. A respeito da metodologia de análise da Teoria Crítica, seus representantes acreditam que as ideias são fruto de um pressuposto ideológico, ou seja, o conhecimento é elaborado a partir de uma concepção de mundo do próprio intelectual.

A teoria é obrigatoriamente condicionada pela influência social, cultural e ideológica, e cabe à teoria crítica a tarefa de revelar os efeitos desse condicionamento. Busca, também, trazer à consciência perspectivas latentes, interesses ou valores que dão origem a, ou orientam qualquer teoria. O conhecimento que a teoria crítica persegue não é neutro; é política e eticamente carregado por um interesse na transformação social e política. (SILVA, p.258)

A presente pesquisa tem o objetivo de iniciar análises dos processos de integração regional da América do Sul nos anos 1990 em contraste com as relações internacionais da América Latina. A hegemonia estadunidense juntamente com a globalização neoliberal também faz parte deste cenário. A Teoria Crítica através da concepção da hegemonia gramsciana ilustra uma visão alternativa do estudo tradicional das relações internacionais.

## **2- HEGEMONIA GRAMSCIANA E CIÊNCIA POLÍTICA**

O conceito de hegemonia elaborado por Antonio Gramsci, talvez, foi uma das maiores heranças do seu pensamento para a sociedade. Diversos autores, escritores e intelectuais utilizaram este raciocínio para a explicação de fenômenos e fatos. O autor italiano discute, em maiores detalhes, tal conceito a partir de sua obra mais famosa “Os Cadernos do Cárcere”. Preso em uma pequena cela pelo regime fascista que vivia a Itália, o filósofo sardo esboça, aquilo que iria ser um dos maiores patrimônios para a Ciência política. A hegemonia abrange várias áreas, porém, é necessário entender a origem deste conceito e suas implicações. Neste sentido, recorreremos às bases da Ciência Política na explicação da hegemonia gramsciana.

A hegemonia seria a capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe. O grupo ou classe que lidera este bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos, para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação essencialmente política, que impeça a irrupção dos contrastes existentes entre elas. Logo, a hegemonia é algo que se conquista por meio da direção política e do consenso e não

mediante a coerção. Pressupõe, além da ação política, a constituição de uma determinada moral, de uma concepção de mundo, numa ação que envolve questões de ordem cultural, na intenção de que seja instaurado um “acordo coletivo” através da introjeção da mensagem simbólica, produzindo consciências falantes, sujeitos que sentem a vivência ideológica como sua verdade. O pensamento político e ideológico, dessa forma, apresenta-se como uma realidade prática, porque, ao ser compreendido e aceito pelos atores sociais, torna-se poder material, converte-se em ação prática, ou, mais precisamente, em práxis. (COSTA, PCB)

Com efeito, além da ideia de hegemonia, é necessário compreender como ela dialoga com o pensamento do autor como um todo. Examinando a obra de Marx, Gramsci elabora uma revisão do pensamento marxiano, elevando a importância de alguns elementos presentes no pensamento de Marx. De modo geral, ao invés do escritor alemão, Gramsci se dedicou a estudar a ampliação do conceito de Estado à relevância da superestrutura e as relações políticas e sociais do capitalismo.

A definição de Estado para Gramsci, completa aquilo que Marx acreditava no século XIX. O filósofo italiano observava o Estado como um instrumento de exercício da hegemonia de classe. Concordando com Marx, o aparelho estatal representa a classe dominante. Para o domínio do Estado, Gramsci apontou a relevância da superestrutura neste processo, ou seja, as relações de produção e trabalho não são os únicos meios que fundamentam este domínio. O autor sardo acreditava que as ideias, valores e a produção cultural de uma classe contribuíam diretamente no exercício da hegemonia. Gramsci aponta duas formas onde o Estado exerce o seu poder que são o “Consenso” e a “Coerção”. Dessa forma, o filósofo recorre ao pensamento de Maquiavel, que ao invés de observar a figura do centauro como ilustração a um líder de governo, analisa este conceito atrelando à finalidade do Estado.

Deveis, portanto, saber como são os dois os gêneros de combate: um com as leis, outro com a força. O primeiro é próprio do homem, e o segundo dos animais, mas porque o primeiro muitas vezes não basta, convém recorrer ao segundo: portanto, a um príncipe é necessário saber usar o animal e o homem. Esta parte foi ensinada aos príncipes secretamente pelos escritores antigos, os quais escrevem como Aquiles e muitos outros daqueles príncipes antigos foram alimentados pelo centauro Quíron, para que sob a sua disciplina os educasse. O que não quer dizer ter por predecessor um meio animal e um meio homem e sim a necessidade que um príncipe tem de saber usar uma e outra natureza, e que uma sem a outra não é durável. Sendo, pois, necessário a um príncipe saber bem usar o animal, deve tomar deste por modelos a raposa e o leão: porque o leão não se defende das armadilhas, e a raposa

não se defende dos lobos. Precisa-se, pois, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para amedrontar os lobos. Aqueles que são somente leão não serão bem-sucedidos. (MACHIAVELLI, 1971, p. 283)

Portanto, a Sociedade Política (termo usado por Gramsci para definir o Estado) é a combinação entre o consenso e a coerção. No primeiro, a classe dominante, através do aparelho estatal exerce sua hegemonia a partir da disseminação de ideias e valores e produz uma cultura de classe se tornando uma cultura nacional. Neste sentido, a ideologia dominante se transforma em uma ideologia hegemônica de representação de todas as classes. No segundo, a coerção se aplica na medida em que o consenso não é mais viável. Daí, surge a repressão e o autoritarismo. Gramsci afirmava que o fascismo foi o mecanismo coercitivo que a burguesia italiana utilizou no combate ao comunismo e seu fortalecimento em âmbito internacional, ou seja, a Itália fascista foi a representação desta coerção da sociedade política com a sociedade civil (povo).

Ao analisar os embates pela hegemonia, Gramsci distingue duas esferas no interior das superestruturas. A primeira é representada pela sociedade política, conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à aplicação das leis. A outra esfera é a sociedade civil, que designa o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo, compreendendo o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc. (COSTA, p.57)

O processo de transformação da superestrutura era definido pelo autor por “guerra de posição”. Este conceito delimita a estratégia adotada pelos trabalhadores para a revolução. Diferente da revolução russa, Gramsci observava que na Itália, o capitalismo era muito mais avançado e contava com uma burguesia sólida e dominante. No caso da Rússia, o país apresentava um capitalismo primitivo com uma burguesia nascente. Dessa forma, a revolução de 1917 ocorreu através do enfrentamento e da luta armada. Este método de tomada de poder do Estado por parte dos soviéticos significa aquilo que Gramsci vai chamar de “guerra de movimento”, ou seja, um processo revolucionário que não há necessidade do exercício da hegemonia. Nas palavras do autor:

{...}me parece ser a questão de teoria política mais importante, colocada pelo período do pós-guerra, e mais difícil de ser resolvida justamente. Ela está ligada às questões levantadas por Bronstein (i.e. por Trotsky), o qual, de um modo ou de outro, pode ser

considerado o teórico político do ataque frontal, em um período em que esse é apenas causa de fiascos. Apenas indiretamente (mediatamente), essa passagem na ciência política está ligada àquela ocorrida no campo militar, ainda que exista um laço essencial. A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas ilimitadas da população. Por isso, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, pois, uma forma de governo “intervencionista”, que mais abertamente assuma a ofensiva contra os opositores e organize, permanentemente, a “impossibilidade” de desagregação interna: controles de todo gênero, políticos, administrativos etc., reforçando as posições hegemônicas do grupo dominante, etc. Tudo isso indica que se entrou em uma fase culminante da situação político-histórica, posto que na política da “guerra de posição”, uma vez vencida essa, torna-se ela definitivamente decisiva. Na política, subsiste a guerra de movimento até quando se trate de conquistar posições não decisivas, não sendo, pois, mobilizados todos os recursos da hegemonia do Estado. Mas, quando por uma razão ou por outra, essas posições perderam o seu valor e apenas as posições decisivas têm importância, passa-se à guerra de assédio, comprimida, difícil, em que se exige qualidade excepcional de paciência e de espírito inventivo. Na política, o assédio é recíproco, apesar de todas as aparências, e apenas o fato de que o dominador deva fazer uso de todas as suas reservas demonstra qual seja o cálculo que ele faz acerca do adversário. (GRAMSCI, p.821)

A Itália, como já colocado, não poderia presenciar com sucesso uma guerra de movimento por parte do proletariado. O processo revolucionário era mais complexo. A estratégia era ganhar posição, através da hegemonia e construção de valores, criando e expandindo uma identidade de classe que superasse a ordem vigente. Portanto, Gramsci concebia Estado, de maneira inovadora e criativa, sem qualquer critério efetivamente classista, “não apenas como aparelho de governo, senão ainda como aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil”, e como “sociedade política + sociedade civil” ou ainda como hegemonia encorajada pela coerção<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> GRAMSCI, ANTONIO. Quaderni del Carcere (1928-1937) – Passaggio dalla Guerra Manovrata (e dall’Attacco Frontale) alla Guerra di Posizione anche nel Campo Politico, in : Antonio Gramsci. Scritti Politici, Roma, 1967, pp. 821 e s.

Cf. IDEM. Quaderni del Carcere, Nr. 6 (1928-1937) – Concetto di Stato, in : Antonio Gramsci. Note sul Machiavelli sulla Politica e sullo Stato Moderno, Torino : Editori Riuniti, 1991, p. 164. Nessa sede, Gramsci assevera, o seguinte : “Per Havély, « Estado » é o aparelho representativo, sendo que ele descobre que os fatos mais importantes da história francesa, de 1870 até hoje, não são devidos a iniciativas dos organismos políticos derivantes do sufrágio universal, mas sim derivantes ou dos organismos privados (sociedade capitalista, Estado-Maior etc.) ou dos grandes funcionários desconhecidos do país etc. Porém, o que significa isso, senão que por Estado deve ser entendido como sendo, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” da hegemonia ou da sociedade civil(p. 164)”. Cf. IDEM. Quaderni del Carcere, Nr. 6 (1928-1937) – Stato Gendarme-Guardiano Notturmo, ecc., in : Antonio Gramsci. Note sul Machiavelli sulla Politica e sullo Stato Moderno, Torino : Editori Riuniti, 1991, p. 166. Nesse sítio, Gramsci escreve da forma seguinte : “ ... é de assinalar-se que na noção geral de Estado entram elementos que

O reconhecimento de uma classe enquanto grande grupo social ocorre quando uma cultura e ideologia própria representam o conjunto. A dificuldade do proletariado era produzir e assumir uma cultura e valores próprios que os representasse tanto no meio político quanto econômico, social e cultural. Isto porque a burguesia “nacionaliza” sua cultura e valores, ou seja, a coloca como valor e ideologia homogênea para todas as classes dominadas.

Apontando a importância da superestrutura e seus efeitos a partir da dialética com a infraestrutura, o autor sardo define o “bloco histórico”. O bloco histórico é o exercício da hegemonia na superestrutura (instituições, valores, cultura) que influencia diretamente a infraestrutura (sistema econômico). A revolução de 1917 possibilitou a construção deste bloco. Com efeito, a tomada do Estado Russo pelos comunistas permitiu a formação de uma identidade coletiva própria. Desse modo, o sistema econômico da Rússia se adequou ao novo momento que o país vivia, ou seja, o sistema emergente no caso era o socialista.

O bloco gramsciano seria a elaboração de uma vontade coletiva a partir do interior de determinadas relações de produção, seria nova “formação histórica” com possibilidade de estabelecer, em época de transição, uma direção determinada ao “aparelho produtivo” (Badaloni, 1975: 93). A unidade entre prática e teoria, entre “natureza e espírito” ou “estrutura e superestrutura”, consubstanciando o bloco histórico segundo Gramsci, adquire aqui concretude no que se refere, por exemplo, à questão da transição, ou sociedade de transição. Gramsci classificaria tal bloco como “histórico” porque seria aberto à perspectiva histórica, não porque designaria um momento histórico específico (GALASTRI, p.82)

### **3- HEGEMONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

O pensamento gramsciano teve um papel importante para os estudos das relações internacionais. Ele criou as bases da teoria neogramsciana através dos intelectuais críticos. As ideias elaboradas pelo autor sardo décadas atrás, volta para explicar os fenômenos da política mundial. Para isto, é preciso compreender o pensamento de alguns estudiosos que interpretam a realidade externa a partir de Antonio Gramsci. O objetivo aqui não é ilustrar o posicionamento de cada autor mas buscar pontos em comum entre eles que constroem o pensamento crítico das Relações Internacionais. Diversos termos foram criados para definir a releitura da obra do autor italiano. O

---

devem ser reportados à noção de sociedade civil (no sentido de que, poder-se-ia dizer, Estado = sociedade política + sociedade civil, i.e. hegemonia encorajada de coerção)(p. 166).“

ponto comum de tais perspectivas é a aplicação do método materialista histórico ao estudo das relações sociais transnacionais [2], o que compreenderia: 1) uma filosofia materialista da história que levaria ao primado ontológico das relações sociais de produção; 2) uma rejeição da separação entre sujeito e objeto e a adoção de um entendimento dialético da realidade como uma totalidade dinâmica e como uma unidade de opostos; 3) o método de abstração de Marx, conforme explicitado nos Grundrisse. (RAMOS, 2006)

Considerando a Teoria Crítica das Relações Internacionais juntamente com o conceito de hegemonia elaborado por Gramsci, podemos compreender duas formas de hegemonia nas relações internacionais: político-intelectual e o econômico-financeiro. Neste sentido, existem duas possibilidades. Primeira, uma grande potência garantir o seu monopólio político através da inovação tecnológica e desenvolvimento militar e científico. Segunda, a existência de uma hegemonia cultural de uma potência sobre os demais Estados. Sendo assim, um ator hegemônico se comportaria tendo em vista tais fatores: sistema de alianças definidos que regem sob a sua influência, aplicação em larga escala dos componentes *hard Power* e *soft Power*<sup>4</sup> e elementos como extensão territorial, localização geográfica, economia sólida e avançada nos setores agrícola, industrial e energético e financeiro, ideologia, habilidade diplomática para combate e tensões a nível global, não necessitar de outros atores na construção da estrutura interna no Estado (forte por apoio) e, por último, política externa de protagonismo inerente ao próprio Estado hegemônico e não apenas ao governo.

O principal expoente desta teoria crítica é o professor canadense Robert Cox. Ele elabora um quadro de análise que compreende que as estruturas históricas do capitalismo são temporárias dentro do sistema dos modos de produção. Desde a formação do Estado Moderno, diversos países foram

---

<sup>4</sup> Desenvolvido por Joseph Nye, o conceito de soft power designa a “capacidade de um Estado obter o que deseja através do poder de atração da sua cultura, das suas ideias, das suas políticas domésticas e da sua diplomacia” (2004: x). É, contudo, importante evitar a confusão entre soft power e influência. Embora sejam semelhantes, o poder ‘doce’ não se limita à única aceção de influência. De facto, como afirma Nye, “o soft power é mais do que a simples persuasão ou capacidade de incitar as pessoas, por meio da argumentação”: ele corresponde, também, “ao talento para seduzir”, e “a sedução conduz, frequentemente, a uma certa submissão”; em conclusão, “o soft power é um poder de sedução”... Como sublinha Li Mingjiang, o hard power e o soft power são interdependentes e “complementares” (2008: 295). Na prática, são dois utensílios de que um ator se pode servir para concretizar os seus objetivos, afetando, direta ou indiretamente, o comportamento de outros. No entanto, os dois conceitos diferem no que respeita à natureza do comportamento e à tangibilidade dos recursos (Wilson, 2008; Traub, 2005). De acordo com Nye, “o ‘command power’, a capacidade para modificar o comportamento dos outros, apoia-se na coerção ou na incitação, enquanto o “‘co-optive power’, a capacidade para moldar o que os outros querem, se alicerça na atração da cultura e dos valores, ou na capacidade de manipular a agenda política, de modo a sobrepor-se às preferências dos outros...” (SOCIEDADE MILITAR, PAULO DUARTE)

considerados hegemônicos. Após a Conferência de Viena, com a Paz de Westfalia, a história presenciou nos últimos 150 anos, três grandes períodos que exemplificam o exercício da hegemonia.

O primeiro, entre 1845 e 1875, tem como ator hegemônico a Inglaterra. Aqui, a condução do comércio e as transformações na economia europeia estavam regidas nas ideias do liberalismo. Esta ideologia se baseava no livre comércio, vantagens comparativas e padrão ouro. Com efeito, o exercício em universalizar os valores liberais teve sucesso, uma vez que era de interesse nacional inglês as relações monetárias internacionais. A Inglaterra, tendo o poderio militar mais sofisticado, exercia também a coerção. O segundo, entre 1875 a 1945, é um período contra- hegemônico. Devido à inserção de novos atores no sistema internacional (Alemanha e EUA) juntamente com as guerras mundiais, a Inglaterra não consegue manter sua hegemonia e entra em uma crise de legitimidade. O liberalismo não conseguiu responder o motivo das guerras e ficou claro que o interesse nacional era sempre maior que a comunidade global liberal. No lugar do livre comércio entra o protecionismo e a economia global dar-se lugar aos blocos econômicos. No terceiro período, após a segunda guerra, os EUA despontam como Estado hegemônico, criando um sistema semelhante ao inglês no século passado. (ARRIGHI, 1994) Entretanto, os estadunidenses conseguiram criar um sistema mais sofisticado e moderno, aproveitando o momento da conjuntura internacional da época. No caso destas últimas duas, Cox argumenta que:

Historicamente, hegemonias desse tipo são fundadas por poderosos Estados que tiveram uma completa revolução econômica e social. A revolução não modifica somente as estruturas políticas e econômicas do Estado em questão mas também concentra energias que expandem além das fronteiras do estado. Uma hegemonia mundial é assim em seus primórdios uma expansão externa da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura, a tecnologia associada a essa hegemonia nacional tornam-se padrão para a emulação no exterior. Tal hegemonia expansiva se dá nos países mais periféricos na forma de uma revolução passiva. Esses países não têm a mesma revolução social profunda, nem têm suas economias desenvolvidas da mesma forma, mas tentam incorporar elementos a partir do modelo hegemônico sem perturbar as velhas estruturas de poder. Enquanto os países periféricos podem adotar alguns dos aspectos econômicos e culturais do núcleo hegemônico, eles são menos aptos a adotar seus modelos políticos. Assim como o fascismo se tornou a forma de revolução passiva na Itália do período entre-guerras, várias formas de regimes burocrático-militares supervisionam a revolução passiva nas periferias dos dias de hoje. No modelo

hegemônico mundial, a hegemonia é muito mais intensa e consistente no núcleo e mais fraca na periferia. (COX In p.103 PASSOS)

#### **4- HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E A GLOBALIZAÇÃO**

As relações internacionais se transformaram bastante após o declínio da URSS. Atores, que antes eram considerados de segundo plano nas influências mundiais, ganham destaque nas discussões acadêmicas e participação maior na política global. O sistema capitalista universaliza, o capital financeiro se expande intensamente e os modos de produção se sofisticam. A hegemonia estadunidense passa por um processo de esgotamento. A liderança dos EUA cede espaço à competitividade da globalização.

“Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos.” (SANTOS, p.46)

Dessa forma, a política externa norte-americana adota uma estratégia um pouco mais diferente para países da América do Sul. O fim das ditaduras e a ascensão da democracia no continente sul americano implicam aos EUA a exercer sua influência a partir do novo momento em que se estabelecem as relações internacionais. A coerção dá lugar ao consenso. A globalização como atual espaço para o desenvolvimento do capital, promove o fortalecimento das organizações financeiras internacionais e, conseqüentemente, promove a idéia de uma interdependência cada vez mais sensível e densa. Nas palavras de Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo:

A “globalização americana” ensejou, de forma inédita, a articulação estrutural entre o sistema de crédito, a acumulação produtiva das empresas, o consumo privado e a gestão das finanças privadas e do Estado (particularmente pública). Esta verdadeira fusão de funções e de interesses reafirma o caráter essencialmente “coletivista” (e macroeconômico) da nova dinâmica de produção do capitalismo central. “Uma exibição prática da “macroeconomia política” do Poder e da Riqueza Americanos, fundados nas relações entre hegemonia monetária, expansão de crédito, valorização de ativos e crescimento econômico (2004 p.134-135)

## 5- A ESTRATÉGIA NORTE-AMERICANA PARA A AMÉRICA LATINA E O MERCOSUL

A década de noventa marcou profundamente as esferas políticas, econômicas, culturais e sociais da América do Sul. O continente entrara de vez no mundo globalizado e a inserção internacional parecia inevitável. O cenário mundial até então bipolar, dá lugar a um espaço capitalista cuja grande característica é a competitividade. Os Estados periféricos se inseriram no padrão de consumo definido pelas grandes potências capitalistas e buscaram as vantagens comparativas através de um tipo de desenvolvimento associado. Para isto “compraram” o “novo” modelo de Estado capaz de trabalhar nesta nova era do capital, maximizando lucros e minimizando os prejuízos: a doutrina neoliberal. O Estado neoliberal era a bola da vez. O neoliberalismo se tornou uma espécie de receita da prosperidade, recomendada pelos principais organismos internacionais.

Neste novo cenário competitivo, as relações internacionais se encontram como um fenômeno cada vez mais comum e importante: a integração regional. Desde o início do século XX temos conhecimento de projetos de cooperação dos Estados sobre temas específicos. Na América do Sul não foi diferente. Durante a guerra fria, a ideia de integração regional era intimamente ligada à política externa dos EUA para o continente. Esta política se baseava em programas e estratégias que visavam à influência dos EUA sobre os países sul-americanos. Nas últimas décadas do século XX, a ideia de integração regional através de blocos econômicos ficava cada vez mais forte. Porém, nos anos 1990, este fenômeno fica ainda mais nítido. A luta dos Estados na globalização os influenciou a criar blocos econômicos sólidos para garantir estabilidade e vantagens de uns sobre os outros. A ideia aqui não é examinar o Mercosul em si ou qualquer outro processo de integração regional e sim, analisar sob a ótica da teoria gramsciana um recorde definido e necessário das necessidades do capitalismo de expansão do sistema e reprodução seletiva do capital. O Mercosul nasce tendo em vista duas grandes necessidades: fortalecimento dos Estados Sul-americanos no sistema internacional (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e aproximar estes países via institucional, fortalecendo as parcerias.

Em sua concepção original, portanto, o Mercosul apresentava-se como iniciativa na qual considerações e objetivos de ordem política deveriam encontrar ressonância e expressão em um projeto econômico e cuja agenda deveria, idealmente, comportar questões relacionadas a ambas dimensões. Os objetivos e ações correlatas em matérias nãoeconômicas não deveriam ser, segundo essa perspectiva, secundários ou meramente acessórios à dimensão econômico-

comercial do projeto de integração. Ao contrário, representariam componentes essenciais do processo integrativo, conforme estabelecido na letra do Tratado de Assunção que, ao enunciar seu objetivo principal, subordina a integração ao desenvolvimento com justiça social (VAZ. P. 7)<sup>5</sup>

De fato, o Mercosul melhorou o comércio internacional destes países e promoveu um desenvolvimento econômico considerável.

No curso dos 12 anos transcorridos desde a assinatura desse Tratado pode se observar, em grandes linhas, que Mercosul, por um lado, marcou um considerável êxito integracional. As exportações intrazonais, de menos de US\$10 bilhões em 1993, se elevaram em 2000 para mais de US\$18 bilhões. O que é mais importante é a medida em que Mercosul passou a absorver mais de 50% das exportações do Paraguai e Uruguai, de 30% da Argentina e de 14% do Brasil. (JAGUARIBE, p.06)

Após as crises econômicas nos anos 1970 e 1980, a América Latina viu a sua dívida externa ter um aumento exorbitante. A América do Sul encontrou nos blocos econômicos o modo mais seguro de proteger sua economia, já que os países desenvolvidos estavam preocupados com eles próprios. As crises ocorreram nos países centrais, porém quem mais teve prejuízos foram os países periféricos. O fim da hegemonia norte-americana no ocidente após a guerra fria fez com que os EUA repensassem a sua estratégia para a América Latina a fim de manter a sua hegemonia no continente. A volta da ideia do consenso em Gramsci estava mais forte do que nunca. Em 1994, entra em vigor o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) composto por Canadá, EUA e México. O objetivo aqui era a incorporação dos demais Estados latino-americanos vizinhos na nova estratégia hegemônica dos EUA. Com efeito, partindo de duas grandes finalidades: facilitar acesso dos produtos industrializados de alto valor agregado norte-americanos nos mercados periféricos e em troca, adquirir produtos primários por preços irrisórios. No entanto, o objetivo do NAFTA é justamente se expandir pela América Latina mantendo a proposta principal inicial do tratado. O projeto inicial era a instauração de uma área de livre comércio por todo o continente e a proposta se chamou “Área de Livre Comercio das Américas” (ALCA).

---

<sup>5</sup> Conforme disposto no preâmbulo do Tratado de Assunção: “Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social”. In: Tratado de Assunção, 26 de março de 1991. Nas análises sobre a construção da agenda não-econômica, e especialmente sobre as temáticas sociais e questões trabalhistas no Mercosul, a expressão “justiça social” foi motivadora de estudos e debates acalorados quanto a seu real conteúdo, tendo por resultado uma gama de respostas ampla em sua significação e, ao mesmo tempo, etérea em seu conteúdo. (CEBRI,VAZ)

Os interesses dos membros do NAFTA em uma Alca estão associados ao tipo de participação que têm no NAFTA e à estratégia de inserção que pretendem ter no cenário global. É importante observar que o NAFTA surgiu baseado em uma realidade concreta: o comércio intra-bloco já era bastante concentrado. Canadá e México, antes do Nafta, canalizavam parcelas preponderantes de seu comércio exterior com os EUA. Seus interesses em uma ALCA, assim, compreenderiam o objetivo de diversificação de mercados. Ao mesmo tempo, grupos empresariais da América do Norte gostariam que a formalização de regras comerciais entre as partes reduzisse os riscos para os investimentos na América Latina<sup>1</sup>. O fortalecimento das relações intra-regionais calcado no aproveitamento das vantagens oferecidas pelos integrantes de uma ALCA melhoraria a posição relativa de cada um deles no plano internacional. (CLASCO, PFEIFER, p.4)

A ideia era incorporar o Mercosul à ALCA. No entanto, este projeto não se realizou. A respeito do processo de hegemonia dos EUA no continente na América Latina pela ALCA, Ricardo Seitenfus comenta a nova realidade das relações internacionais entre América Latina e EUA.

Com a construção da ALCA assistimos, pela primeira vez na história das relações pan-americanas, uma reformulação completa dos métodos, práticas, princípios e objetivos perseguidos pela América desenvolvida em suas relações com a latino-americana. Trata-se de oportunidade única, se bem conduzida, de fazer com que a cooperação regional transforme-se em alavanca para a diminuição das inaceitáveis desigualdades de desenvolvimento sócio-econômico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Examinando a política internacional das Américas neste período, observamos que a política externa dos EUA leva essencialmente as ideias de consenso e hegemonia de Gramsci. Através dos projetos de integração regional como a ALCA, os EUA resgatam alguns pontos-chaves do bloco histórico gramsciano como o alinhamento da infraestrutura com a superestrutura. Neste caso, a infraestrutura é o capitalismo globalizado e a superestrutura, o Estado neoliberal. Apesar de Gramsci não ter desenvolvido estudos específicos sobre as relações internacionais, ao analisarmos o pensamento do autor, enxergamos a tamanha contribuição do mesmo nos dias atuais. A base teórica gramsciana possibilita explicar diversos fenômenos da política global contemporânea. Com efeito, as maiorias dos neogramscianos nas Relações Internacionais encontram-se na Teoria Crítica, se concentram mais nas vertentes de economia política internacional e política internacional tradicional. A presente pesquisa cumpre o objetivo de iniciar possíveis estudos sobre integração regional partindo destas mesmas bases teóricas.

## AGRADECIMENTO

Agradeço a Universidade Federal da Grande Dourados pelo apoio financeiro e por acreditar no presente trabalho. A UFGD desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos discentes além de ser responsável pela nova geração de pesquisadores no país.

## REFERÊNCIAS

BELLUZZO, L.G. TAVARES,M,C. *A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano*. In: O Poder Americano. Editora: Vozes. Petrópolis. p. 111-138.

BIANCHI,A. ALIAGA.,L. *Força e Consenso como fundamentos do Estado: Pareto e Gramsci*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522011000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100002). Acesso em: 15 de Ago.2013.

COSTA, R. *Antonio Gramsci e a construção da nova hegemonia*. Disponível em: [http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8:antonio-gramsci-e-a-construcao-da-nova-hegemonia&catid=2:artigos](http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=8:antonio-gramsci-e-a-construcao-da-nova-hegemonia&catid=2:artigos). Acesso em 18 de nov.2013.

DUARTE,P. *Soft Power, hard power e hegemonia*. Disponível em: <http://sociedademilitar.com.br/index.php/joomla-overview/829-soft-power-hard-power-e-hegemonia.html>. Acesso em: 9 de Dez.2013.

GALASTRI, L,O. *A construção do bloco histórico: via jacobina e o debate com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere*. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/07-leandro.pdf>. Acesso em: 3 de set.2013.

ARRIGHI, G.1994. *O longo século XX* (Rio de Janeiro: Contraponto)

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere (1928-1937) – Passagio dalla Guerra Manovrata (e dall’Attacco Frontale) alla Guerra di Posizione anche nel Campo Politico*, in: : Antonio Gramsci. Scritti Politici, Roma, 1967, pp. 821.

JAGUARIBE,H. *Mercosul e a Nova Ordem Mundial*. Dossiê CEBRI. Instituto de Estudos Políticos e Sociais. Vol.1. 2002.

MACHIAVELLI, Niccolò. 1971. *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni.

PASSOS,R,D,F. *Gramsci e a Teoria Crítica das Relações Internacionais*. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/viewFile/3462/2681>. Acesso em: 8 de Ago.2013

RAMOS,L. *Robert Cox*. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=454>. Acesso em: 26 de Ago. 2013.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

SEINTEIFUS, R. *A Construção da ALCA: Doutrina Monroe, Destino Manifesto ou integração soberana ?*. Disponível em: <http://www.seitenfus.com.br/arquivos/construcao-alca.pdf>. Acesso em: 25 de Jan.2014

SILVA,M,A,M. *Teoria Crítica em relações internacionais*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292005000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292005000200001&script=sci_arttext). Acesso em: 03 de Out.2013.

VAZ,A,C. FIGUEIRA,M,A,B. *A Agenda Não Econômica do Mercosul: aportes para a integração ?*. CEBRI Estudos. Núcleo Estratégico do Mercosul. Fev.2006.

---